



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 - 70044-900 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3311-6151/6571 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: pregao@mc.gov.br

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2013-MC**

PROCESSO N.º 53000.024480/2013-93

**EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES
COOPERATIVAS.**

HABILITAÇÃO SIMPLIFICADA (ART. 8º, III, DA IN SLTI/MPOG Nº 2, DE 11.10.10)

Razão Social: _____
CNPJ sob o n.º _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____
Pessoa para contato: _____
Recebemos, através do acesso à página www.mc.gov.br ou www.comprasnet.gov.br , nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.
Local: _____, ____ de _____ de 2013.
_____ Assinatura

Senhor(a) licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Ministério das Comunicações e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, por meio do **endereço eletrônico: pregao@mc.gov.br**.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas neste instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Brasília/DF, 20 de junho de 2013.

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 010/2013-MC**PROCESSO N.º 53000.024480/2013-93**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, COM ENTREGA AUTORIZADA POR MEIO DE EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ÍNDICE:

<u>ITEM</u>	<u>ASSUNTO</u>	<u>PAG</u>
1 -	ENVIO DAS PROPOSTAS	3
2 -	DO OBJETO	3
3 -	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
4 -	DO CREDENCIAMENTO	4
5 -	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	4
6 -	DO ENVIO DA PROPOSTA	6
7 -	DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
8 -	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	7
9 -	DA HABILITAÇÃO	8
10 -	DOS RECURSOS	10
11 -	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	11
12 -	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	11
13 -	DO CONTRATO	11
14 -	DO PREÇO	11
15 -	DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO	11
16 -	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA	11
17 -	DO PAGAMENTO	12
18 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
19 -	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	13
20 -	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14
21 -	DO FORO	15



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 - 70044-900 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3311-6151/6571 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: pregao@mc.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 010/2013-MC

PROCESSO N.º: 53000.024480/2013-93
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 03/07/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

O Ministério das Comunicações, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 409, de 12 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2012, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, das Instruções Normativas SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, e n.º 2, de 11 de outubro de 2010, Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas correlatas, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, de acordo com o que consta do **Processo n.º 53000.024480/2013-93**.

Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência;
ANEXO II	Planilha de Orçamento;
ANEXO III	Modelo de Planilha de Preços.

1 ENVIO DAS PROPOSTAS

- 1.1 O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até às 10:00 horas do dia 03/07/2013, hora e data para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 1.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

2 DO OBJETO

- 2.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de placas de sinalização, com entrega autorizada por meio de emissão de Nota de Empenho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2013, no valor estimado de R\$ 43.242,50 (quarenta e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), na classificação abaixo, conforme o orçamento constante do Anexo II.

Gestão/Unidade:	410034	PTRES:	066383
Fonte:	0100	Elemento de Despesa:	339030.44

4 DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – ComprasNet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 4.3 O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 5.1 A participação neste Pregão é exclusiva as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 2, de 2010.
- 5.2 Será observado o disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente os seus arts. 42 a 49.
- 5.2.1 O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dar-se-à nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, observando-se a inoccorrência de quaisquer dos impedimentos do § 4º do mesmo artigo;
- 5.2.2 A pessoa física ou empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 5.3 Não poderão participar desta licitação as entidades empresariais indicadas no item abaixo:

- 5.3.1 Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2 Declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 5.3.3 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.4 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.4 Também é vedada a participação de:
 - 5.4.1 Entidades empresariais estrangeiras;
 - 5.4.2 Quaisquer interessadas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 5.5 Como condição para participação no Pregão, deverá declarar:
 - 5.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.6 Deverá assinalar, ainda, “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 5.6.1 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 5.6.2 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 5.6.3 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 5.6.4 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.7 Não poderão participar as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe na gerência ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei n.º 8.112/1990 ou a participação decorra dos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social, ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.
 - 5.7.1 Não poderão também participar desta licitação, os familiares de agente público que esteja investido em cargo em comissão ou função de confiança perante o Ministério das Comunicações, conforme vedação prevista no Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010.

6 DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1 A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do Sistema Eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.5 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.5.1 Valor unitário e total do item;
 - 6.5.2 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 6.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a **CONTRATADA**.
- 6.7 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes;
 - 7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e as licitantes.

- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.9 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11 Se a desconexão perdurar por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro as participantes.
- 7.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:
- 7.14.1 Produzidos no País;
- 7.14.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 7.14.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 7.15 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.
- 8.2 O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, devidamente justificado. Será desclassificada a oferta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexecutável, assim considerado aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

- 8.3 O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “**chat**” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.3.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas;
- 8.3.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecida, e formalmente aceito pelo Pregoeiro;
- 8.3.3 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.4 O Pregoeiro solicitará da licitante classificada em primeiro lugar a apresentação de amostra dos produtos descritos nos itens 4.1 e 4.2 do Termo de Referência, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, em local a ser designado pelo Pregoeiro, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência.
- 8.4.1 Se a amostra apresentada pela primeira classificada não for aceitável, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pela segunda classificada. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.6 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.6.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor;
- 8.6.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 8.7 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9 DA HABILITAÇÃO

- 9.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLT/MPOG n.º 2, de 2010.
- 9.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao **SICAF**.

- 9.2 As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF** além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal:

9.2.1 Habilitação jurídica:

- 9.2.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 9.2.1.2 Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 9.2.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.2.1.4 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.2.1.5 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971.

9.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.2.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e a Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto n.º 6.106/07);
- 9.2.2.3 Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 9.2.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.2.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.3 As empresas, cadastradas ou não no **SICAF**, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- 9.3.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
 - 9.3.1.1 Os atestados fornecidos devem vir acompanhados de cópias das notas fiscais que os lastreiem.

- 9.4 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelas licitantes, via fac-símile (fax) número (61) 3311.6066, ou via e-mail pregão@mc.gov.br, no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail.
- 9.5 Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 9.5.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.7 Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.8 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.9 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Declarada a vencedora e decorrida a fase de regularização fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo de 20 (vinte) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.3 A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora.
- 10.3.1 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo Sistema Eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo Sistema Eletrônico, em outros 3 (três) dias, que

começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 10.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 10.6 O(s) recurso(s) contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei n.º 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 11.2 Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 O objeto da licitação será adjudicado a licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 DO CONTRATO

- 13.1 Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º, artigo 62, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, passando a ter força de contrato este Edital e seus Anexos, a Proposta de Preços da(s) licitante(s) vencedora(s) e a(s) Nota(s) de Empenho, para todos os efeitos legais.
- 13.2 Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada por escrito para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho.

14 DO PREÇO

- 14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

15 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

16 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17 DO PAGAMENTO

- 17.1 A Coordenação de Administração Financeira - COAFI efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura Discriminativa) atestada pelo setor competente, em 2 (duas) vias.
- 17.2 O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, pro meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
- 17.3 O Ministério das Comunicações não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.
- 17.4 Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 17.5 Quando do pagamento a ser efetuado pelo Ministério das Comunicações, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, via terminal ASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular no referido sistema.
- 17.6 Não serão efetuados quaisquer pagamentos, enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.
- 17.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.7.1 A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.8 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:
- 18.1.1 Não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - 18.1.2 Apresentar documentação falsa;
 - 18.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 18.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 18.1.5 Não manter a proposta;
 - 18.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 18.1.7 Cometer fraude fiscal.
- 18.2 A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.2.1 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta da licitante;
 - 18.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 18.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.
- 18.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
- 18.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, encaminhada por meio do sítio: www.comprasnet.gov.br.

- 19.1.1 Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 19.1.2 **O prazo para encaminhamento de impugnação encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 28/06/2013;**
- 19.1.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 19.1.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 19.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio Eletrônico via Internet, no sítio **www.comprasnet.gov.br**.
- 19.2.1 Não serão reconhecidos os questionamentos/esclarecimentos interpostos por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 19.2.2 **O prazo para encaminhamento dos pedidos de questionamentos/esclarecimentos encerrar-se-á às 18:00 horas do dia 27/06/2013.**
- 19.3 Os teores das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema ComprasNet, no sítio **www.comprasnet.gov.br**, por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.
- 19.4 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- 20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 20.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.mc.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sobreloja, sala 111 - Brasília/DF, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 12:00 ou das 14:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada às interessadas.
- 20.10 Para as demais condições de prestação do objeto do presente Edital, deverão ser observadas as disposições constantes nos Anexos I a III deste Edital.
- 20.11 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 20.12 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21 DO FORO

- 21.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, 20 de junho de 2013.

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 010/2013-MC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO N.º: 53000.024480/2013-93
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 03/07/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A Divisão de Engenharia – DIENG, em conformidade com o disposto no art. 15, Parágrafo 7.º e seus incisos, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo em vista a necessidade de adequação e modernização das rotas de fugas e locais que estimulem a concentração de público no Edifício sede do Ministério das Comunicações e dos Transportes, e com o objetivo de proporcionar condições seguras de acesso dos servidores e dando atendimento a notificação do Corpo de Bombeiros do DF n.º 365/2009 e n.º 014/2013, propõe a aquisição dos materiais a seguir especificados.

2. OBJETO


- 2.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de placas de sinalização, com entrega autorizada por meio de emissão de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas neste documento.

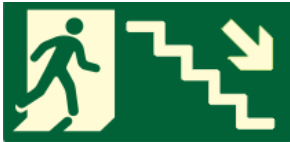
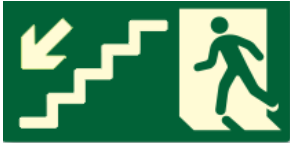








3. JUSTIFICATIVA








- 3.1 Proporcionar condições seguras de trabalho dos servidores e terceirizadas numa eventual evacuação do Edifício, face à ocorrência de sinistro.
- 3.2 Para atender o teor das Notificações n.º 365/2009 e n.º 014/2013 do Corpo de Bombeiros do DF. e
- 3.3 Para dar continuidade ao processo de padronização e modernização dos pavimentos do Edifício sede do MC, o que implicará na aquisição de placas de sinalização, conforme as NBR's 13434-1/04 e 13424-2/04 da ABNT.







4. PRODUTOS



- 4.1 As placas de sinalização devem ser confeccionados em plástico PSAl (Polietileno de Alto Impacto), impressão em serigrafia, fotoluminescente, com elemento de fixação “dupla face” (auto-adesiva), nas quantidades, conforme tabela abaixo:

SEQ.	MODELO	Quantidade (unidade)	DESCRIÇÃO
1		30	Placa indicativa de SAÍDA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensão de 26 cm x13 cm


2		30	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm
3		30	
4		30	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm
5		30	
6		380	Placa de indicação de saída de emergência com sentido esquerda ou direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm
7		380	
8		40	Placa indicativa de saída de emergência com seta sentido abaixo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm
9		30	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à esquerda, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm
10		30	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm
11		760	Placa indicativa de rota de saída para rodapés, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20 cm x 07 cm

12		80	Placa indicativa de Porta Corta Fogo, Mantenha Fechada, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26cm x 13cm
13		20	Placa indicativa de andar COBERTURA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
14		20	Placa indicativa de 9º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
15		20	Placa indicativa de 8º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
16		20	Placa indicativa de 7º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
17		20	Placa indicativa de 6º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
18		20	Placa indicativa de 5º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm

19		20	Placa indicativa de 4º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
20		20	Placa indicativa de 3º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
21		20	Placa indicativa de 2º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
22		20	Placa indicativa de “Sobre-Loja”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
23		20	Placa indicativa de “Térreo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm
24		20	Placa indicativa de “Sub-Solo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cm

25		85	Placa indicativa “Em caso de incêndio não use o elevador”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30cm x 15cm
26		35	Placa indicativa “Válvula de governo Sprincler”, fundo vermelho, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 18cm x 18cm

4.2 As Luminárias devem ser de LED, bloco autônomo, confeccionada em acrílico, consumo de 5 W, tensão de entrada bivolt automático 110 a 220 V., autonomia de 6 h, grau de proteção IP 20, nas quantidades, conforme tabela abaixo:

1		28	Placa de Sinalização de saída à direita, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm
2		28	Placa de Sinalização de saída à esquerda, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm

5. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO E PRAZOS

5.1 Fase de implementação:

- 5.1.1 **Primeira Fase** – Apresentação de Amostras – Será exigida a apresentação de amostra para o produto especificado no item 4.1, deste documento;
- 5.1.2 O requerimento de amostras visa assegurar a qualidade mínima pretendida quanto à adequação dos produtos a serem adquiridos às especificações exaradas neste Termo de Referência;
- 5.1.3 A amostra apresentada em desacordo com a especificação e que não apresentar qualidade desejada ou deixar de atender as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, será reprovada;
- 5.1.4 A amostra deverá ser apresentada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação do Pregoeiro;
- 5.1.5 A(s) amostra(s) deverá(ão) ser(em) encaminhada(s) para inspeção, no Almoxarifado do Ministério das Comunicações, localizado na Esplanada dos

Ministérios, Bloco R, Edifício- Anexo, Subsolo, telefone: 61 3311-6117/6998 e fax: 61 3311-6628, até 3 (três) dias úteis, contados a partir da notificação do Pregoeiro, no horário das 08:30 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 horas, com etiqueta de identificação contendo informações que possam identificá-las, no processo licitatório;

- 5.1.6 Nenhuma amostra será recebida fora do local, horário e/ou período aqui estipulados;
- 5.1.7 A(s) amostra(s) deverá(ão) ser(em) apresentada(s) acompanhada(s) do(s) respectivo(s) documento(s), que comprovem conter as características especificadas. Os documentos podem ser prospectos, catálogos ou desenhos do(s) material(is) e, ainda, a indicação do lote, item do lote, a marca do produto, referência de seu fabricante e o nome e CNPJ do fornecedor apresentante da referida amostra;
- 5.1.8 No caso de produtos importados e comercializados no País, será necessária a apresentação das guias de importação. Em hipótese alguma o Ministério das Comunicações receberá produto, sem a identificação do seu fabricante e distribuidor, que será feita por meio da indicação do CNPJ e do seu nome.

5.2 Segunda Fase – Análise das Amostras

- 5.2.1 Inspeção Visual – consiste na comparação dos aspectos visuais externos, em relação à embalagem, acondicionamento e transporte do produto. A embalagem do produto deve apresentar os requisitos essenciais para que seja possível o rastreamento e o acompanhamento do seu desempenho e ainda, comprovar que o produto é original (is) de primeiro uso;
- 5.2.2 Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando a disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos. Os produtos não procurados pelo(s) proponente(s) no prazo marcado serão classificados como sendo sucata.

5.3 Terceira Fase – Recebimento

- 5.3.1 Recebimento Provisório – atividade que consiste na verificação das informações contidas na Nota de Empenho com as da Nota Fiscal. Esta atividade está limitada à conferência de endereço, CNPJ, validade do documento fiscal e das quantidades que estão sendo entregues;
- 5.3.2 Recebimento Definitivo – consiste no desenvolvimento de atividades de inspeção e ensaios, para verificação e comprovação da qualidade dos produtos, em relação às especificações técnicas.

5.4 Quarta Fase - Acompanhamento dos Produtos

- 5.4.1 Os produtos ofertados nesta licitação terão garantia e validade mínima de 12 (doze) meses. O(s) proponente(s) assumem o compromisso de substituir(em) o(s) produto(s) que apresentar(em) defeito(s) de fabricação, sempre que notificado a fazê-lo pelo Ministério das Comunicações, o que será feito por meio de Ofício;
- 5.4.2 Os produtos rejeitados, pelo setor de inspeção, por ocasião da entrega definitiva dos produtos descritos na Nota de Empenho, os quais apresentem divergência(s) em relação à amostra apresentada para inspeção, deverão ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis.

5.5 Dos Prazos

5.5.1 Os prazos a serem observados neste processo aquisitivo são os especificados no quadro a seguir:

Quadro Demonstrativo dos Prazos

Seq.	Nome do Evento	Prazo	Contagem do Prazo
1	Apresentar amostra	03(três) dias úteis	A partir da notificação do Pregoeiro
2	Análise das amostras	03 (três) dias úteis	A partir do recebimento da(s) amostra(s).
3	Retirar a amostra após análise	30 (trinta) dias corridos	Contatos a partir da emissão do Laudo.
4	Entrega dos produtos	30 (trinta) dias corridos	Contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
5	Recebimento provisório	02 (um) dia útil	Contado a partir da entrega
6	Recebimento definitivo (aceitação)	03 (três) dias úteis	Contados a partir do recebimento provisório.
7	Atesto da Nota Fiscal	02 (dois) dia útil	Contado a partir da aceitação definitiva.
8	Substituir produtos rejeitados	02 (dois) dias úteis	Contados a partir do recebimento da notificação/intimação do defeito.
9	Garantia dos produtos não inferior à	12 (doze) meses	Contados a partir da data da aceitação.
10	Validade dos produtos não inferior à	12 (doze) meses	Contados a partir da data da aceitação.
11	Pagamento da Nota Fiscal	10 (dez) dias úteis	Contados a partir da data da aceitação.

6. METODOLOGIA

6.1 Trata-se de contratação com pagamento único e total, por meio de emissão de Nota de Empenho, de execução ordinária, não havendo, portanto, a necessidade do instrumento formal de contrato. No cumprimento de suas obrigações, o(s) fornecedor(es) terá(ão) que obedecer(em) a metodologia a seguir especificada.

6.1.1 Os proponentes, quando da elaboração de sua(s) proposta(s), deverão fazê-lo, observando rigorosamente a Lista Descritiva de Características – LDC, procedências, marca e qualidade, para cada produto especificado neste Termo de Referência;

6.1.2 Durante os procedimentos de inspeção e ensaios, os produtos que apresentarem defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a sua utilização, e ainda, que apresentarem divergência(s) em qualquer das características especificadas, serão rejeitados, com emissão do respectivo Laudo de Inspeção;

6.1.3 O Ministério das Comunicações não arcará com quaisquer ônus relativos à devolução de produtos rejeitados. Os custos de reposição, substituição, complementação de entrega, ficarão a cargo do fornecedor;

6.1.4 O transporte, a embalagem e o acondicionamento constituem partes integrantes do produto, portanto, os materiais poderão ser rejeitados, em

razão de péssimas condições de embalagens e acondicionamento inadequado, e ainda, em razão de avarias provocadas pelas condições de transporte.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) adotar os procedimentos a seguir especificados para o fornecimento de produtos ao Ministério das Comunicações.

7.2 Procedimentos em relação ao fornecimento e entrega:

7.2.1 Atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características especificadas;

7.2.2 Os produtos deverão ser originais, não sendo aceitos materiais manufaturados, recondicionados ou reciclados;

7.2.3 Os produtos deverão ser entregues em embalagens apropriadas, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção.

7.3 Procedimentos quanto à embalagem e transporte dos produtos:

7.3.1 Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas, marítima ou aérea;

7.3.2 No momento da entrega dos produtos, a Seção de Almoxarifado, verificará a etiqueta com as especificações dos produtos, o conteúdo das embalagens, as condições de manuseio e armazenamento e integridade física das embalagens, além de outras informações relevantes, em relação à proteção do produto;

7.3.3 A(s) empresa(s) contratada(s) adequará(ão), se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas neste documento;

7.3.4 A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pelo transporte dos materiais, desde o local da embalagem até a sua entrega, a qual ocorrerá no seguinte endereço:

Edifício-Sede do Ministério das Comunicações – subsolo do Anexo – Bloco R – Almoxarifado - Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF, no horário de 08:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas.

7.3.5 Não será permitida a execução parcial da Nota de Empenho, vez que se trata de despesa ordinária, portanto, não haverá recebimento parcial. Caso a entrega seja efetuada por meio de transportadora, o Ministério das Comunicações, não se responsabilizará, pela guarda dos produtos, que permanecerem em suas instalações aguardando substituição, complementação ou restituição;

7.3.6 O(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de entrega do(s) produto(s) somente será(ão) analisado(s) se, for(em) solicitado(s) por escrito, antes do vencimento do prazo para a entrega do(s) material(ais), com justificativa relevante e devidamente fundamentado(s).

7.4 Procedimentos aplicáveis quanto à garantia da qualidade:

- 7.4.1 Os produtos especificados nos itens 4.1 e 4.2 supra, deverão ser originais de fábrica, não sendo de forma alguma resultado de processo de recondicionamento ou remanufaturamento.
- 7.4.2 Entende-se por produto novo, aquele produzido com todos os componentes 100% novos, inclusive a embalagem, trazendo estampada a marca e tendo qualidade assegurada pelo fabricante.
- 7.4.3 Com o objetivo de acompanhar o desempenho dos produtos especificados neste documento, até seu consumo final, os mesmos deverão conter em suas embalagens, ou impresso, gravado ou fresado no corpo do produto, as seguintes informações:
- a) O nome e o CNPJ do fabricante;
 - b) O nome e o CNPJ do distribuidor do produto; e
 - c) O número do telefone do serviço de atendimento ao consumidor – SAC.
- 7.4.4 O Ministério das Comunicações não receberá, em hipótese alguma, produto(s) sem indicação de sua marca e a referência a seu fabricante.

8. QUALIFICAÇÕES DOS PROPONENTES

- 8.1 A(s) proponente(s) deverá(ão) apresentar(em) Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado satisfatoriamente atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta aquisição.
- 8.2 A(s) empresa(s) participante(s) deve(m) ser credenciado(s) pelo CBMDF.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta aquisição.
- 9.2 Efetuar o pagamento à vista, do(s) documento(s) fiscal(is) discriminativos correspondentes às quantidades empenhadas, na sua totalidade.
- 9.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas.
- 9.4 Notificar o fornecedor, por meio de Ofício com o respectivo Laudo de Inspeção, as entregas rejeitadas, pela área de Inspeção.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Efetuar a entrega do(s) produto(s) que lhe for(em) adjudicados, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de confirmação do recebimento da Nota de Empenho, conforme prescrito no quadro do item 5.5.1.
- 10.2 Substituir o(s) produto(s) que apresentar(em) defeitos durante sua utilização, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados a partir da data da notificação, enviada pelo Ministério das Comunicações.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

- 11.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6 Não manter a proposta;

11.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;
- b) Multa compensatória e moratória, na forma a seguir especificada:
 - b.1) A multa por atraso na entrega dos materiais/serviços, por culpa da **CONTRATADA**, será representada por percentual do valor contratado, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor e será calculada pela seguinte fórmula:

$M = 0,1 * A * F$, onde:

M = percentual representativo da multa

A = atraso em dias corridos

F = fator relativo à importância e criticidade de prazos de fornecimento:

F=1 – baixa criticidade

F=2 – média criticidade

F=3 – alta criticidade

Nota: Para esta contratação o fator de criticidade a ser considerado será: alta criticidade (f=3).

- b.2) Pelo não cumprimento de qualquer condição pactuada no contrato e não abrangida pela alínea anterior, 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada evento;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

- 11.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos por ventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do Ministério das Comunicações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93.
- 11.5 As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.
- 11.6 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.
- 11.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.
- 11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observando o princípio da proporcionalidade.
- 11.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. FORMA DE PAGAMENTOS

- 12.1 A Coordenação de Administração Financeira – COAFI efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura Discriminativa) atestada pelo setor competente, em 2 (duas) vias.
- 12.2 O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, pro meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetuado o crédito.
- 12.3 O Ministério das Comunicações não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.
- 12.4 Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.
- 12.5 Quando do pagamento a ser efetuado pelo Ministério das Comunicações, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita

Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”, via terminal ASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular no referido sistema.

- 12.6 Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da Administração Pública Federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para a Seguridade Social – CONFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.
- 12.7 Não serão efetuados quaisquer pagamentos, enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**N.º 010/2013-MC****ANEXO II – PLANILHA DE ORÇAMENTO**

PROCESSO N.º: 53000.024480/2013-93
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 03/07/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, COM ENTREGA AUTORIZADA POR MEIO DE EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Placa indicativa de SAÍDA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensão de 26 cm x13 cm	un	30	16,33	490,00
2.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30	20,33	610,00
3.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm.	un	30	20,33	610,00
4.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30	20,33	610,00
5.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30	20,33	610,00
6.	Placa de indicação de saída de emergência com sentido esquerda ou direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	380	20,33	7.726,67
7.	Placa de indicação de saída de emergência com sentido esquerda ou direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	380	20,33	7.726,67
8.	Placa indicativa de saída de emergência com seta sentido abaixo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	40	16,33	653,33

9.	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à esquerda, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm	un	30	24,77	743,00
10.	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm	un	30	24,77	743,00
11.	Placa indicativa de rota de saída para rodapés, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20 cm x 07 cm	un	760	6,67	5.066,67
12.	Placa indicativa de Porta Corta Fogo, Mantenha Fechada, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26cm x 13cmm	un	80	14,50	1.160,00
13.	Placa indicativa de andar COBERTURA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
14.	Placa indicativa de 9º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
15.	Placa indicativa de 8º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
16.	Placa indicativa de 7º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
17.	Placa indicativa de 6º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
18.	Placa indicativa de 5º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
19.	Placa indicativa de 4º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
20.	Placa indicativa de 3º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
21.	Placa indicativa de 2º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
22.	Placa indicativa de “Sobre-Loja”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
23.	Placa indicativa de “Térreo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
24.	Placa indicativa de “Sub-Solo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20	10,93	218,67
25.	Placa indicativa “Em caso de incêndio não use o elevador”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30cm x 15cmm	un	85	18,50	1.572,50
26.	Placa indicativa “Válvula de governo Sprincler”, fundo vermelho, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 18cm x	un	35	15,33	536,67

	18cm				
27.	laca de Sinalização de saída à direita, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm	un	28	210,00	5.880,00
28.	Placa de Sinalização de saída à esquerda, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm	un	28	210,00	5.880,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					43.242,50

OBS.: Esta planilha é simplesmente o modelo para demonstração da composição de custos, portanto, cada empresa poderá apresentar a sua própria planilha.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

N.º 010/2013-MC

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

PROCESSO N.º: 53000.024480/2013-93
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 03/07/2013
Horário: 10:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br

Proposta _____ que _____ faz _____ a _____ empresa
o n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, inscrita no CNPJ (MF) sob
no(a) _____, estabelecida
(endereço completo), para o fornecimento de
conforme estabelecido no

Pregão Eletrônico n.º 0xx/2013-MC.

Os nossos preços ofertados na presente licitação são os constantes do quadro seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	Placa indicativa de SAÍDA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensão de 26 cm x13 cm	un	30		
2.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30		
3.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm.	un	30		
4.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30		
5.	Placa de indicação do sentido de fuga no interior das escadas indica direita ou esquerda, descendo ou subindo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	30		
6.	Placa de indicação de saída de emergência com sentido esquerda ou direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	380		

7.	Placa de indicação de saída de emergência com sentido esquerda ou direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	380		
8.	Placa indicativa de saída de emergência com seta sentido abaixo, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26 cm x 13 cm	un	40		
9.	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à esquerda, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm	un	30		
10.	Placa indicativa de saída de emergência para cadeirantes, com seta sentido à direita, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30 cm x 15 cm	un	30		
11.	Placa indicativa de rota de saída para rodapés, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20 cm x 07 cm	un	760		
12.	Placa indicativa de Porta Corta Fogo, Mantenha Fechada, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 26cm x 13cmm	un	80		
13.	Placa indicativa de andar COBERTURA, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
14.	Placa indicativa de 9º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
15.	Placa indicativa de 8º andar, em fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
16.	Placa indicativa de 7º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
17.	Placa indicativa de 6º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
18.	Placa indicativa de 5º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
19.	Placa indicativa de 4º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
20.	Placa indicativa de 3º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
21.	Placa indicativa de 2º andar, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
22.	Placa indicativa de “Sobre-Loja”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
23.	Placa indicativa de “Térreo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		

24.	Placa indicativa de “Sub-Solo”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 20cm x 10cmm	un	20		
25.	Placa indicativa “Em caso de incêndio não use o elevador”, fundo verde, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 30cm x 15cmm	un	85		
26.	Placa indicativa “Válvula de governo Sprinkler”, fundo vermelho, com elemento de fixação “Dupla Face” e dimensões de 18cm x 18cm	un	35		
27.	Placa de Sinalização de saída à direita, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm	un	28		
28.	Placa de Sinalização de saída à esquerda, em acrílico, luminosa, autônoma e com bateria de duração de 6 horas seguindo as dimensões : Acrílico (360x120x7)mm Dimensões Total (363x197x26)mm	un	28		
VALOR TOTAL R\$					

.....
Local e data

.....
Assinatura e carimbo (representante da empresa)